Confraria Nª. Srª. da Nazaré

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2016

Índice

Balanço 4
Demonstração dos Resultados por Naturezas 5
Demonstração dos Resultados por Funções 6
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios 7
Demonstração dos Fluxos de Caixa 9
Anexo 10
1. Identificação da Entidade 10
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras 11
3. Principais Políticas Contabilísticas 11
3.1. Bases de Apresentação 12
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração 13
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: 21
5. Ativos Fixos Tangíveis 21
6. Ativos Intangíveis 24
7. Locações 25
8. Custos de Empréstimos Obtidos 26
9. Inventários 26
10. Rédito 26
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes 27
12. Subsídios do Governo e apoios do Governo 27
13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio 28
14. Imposto sobre o Rendimento 28
15. Gastos com o pessoal 28
16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais 29
17. Outras Informações 29
17.1. Investimentos Financeiros 29
17.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros 30
17.3. Clientes e Utentes 30
17.4. Outras contas a receber 31
17.5. Diferimentos 32
17.6. Outros Ativos Financeiros 32
17.7. Caixa e Depósitos Bancários 32
17.8. Fundos Patrimoniais 33

17.9. Fornecedores 33
17.10. Estado e Outros Entes Públicos 33
17.11. Outras Contas a Pagar 34
17.12. Outros Passivos Financeiros 34
17.13. Subsídios, doações e legados à exploração 34
17.14. Fornecimentos e serviços externos 34
17.15. Outros rendimentos e ganhos 35
17.16. Outros gastos e perdas 35
17.17. Resultados Financeiros 36
17.18. Acontecimentos após data de Balanço 36

Balanço

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2016	31-12-2015
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	3.760.213,69	3.607.654,55
Bens do património histórico e cultural	5	673.127,29	673.127,29
Ativos intangíveis	6	-	-
Investimentos financeiros	17.1	8.873,37	4.196,82
Subtotal		4.442.214,35	4.284.978,66
Ativo corrente			
Inventários	9	65.443,88	72.271,37
Créditos a receber	17.3	353.579,34	409.436,27
Adiantamentos a fornecedores		2.400,00	1.800,00
Estado e outros Entes Públicos	17.10	22.410,92	15.861,89
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	17.2	4.456,00	4.334,80
Outros créditos a receber	17.4	199.077,40	234.385,01
Diferimentos	17.5	13.925,22	14.988,54
Caixa e depósitos bancários	17.7	20.453,41	11.529,87
Subtotal		681.746,17	764.607,75
Total do Ativo		**5.123.960,52**	**5.049.586,41**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.8	129.744,81	129.744,81
Reservas	17.8	63.705,09	63.705,09
Resultados transitados	17.8	965.086,02	818.939,32
Excedentes de revalorização	17.8	457.949,89	461.449,89
Outras variações nos fundos patrimoniais	17.8	981.865,49	1.125.291,36
Resultado Líquido do período		324.898,09	93.863,32
Total do fundo do capital		**2.923.249,39**	**2.692.993,79**
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8	747.992,85	718.427,04
Outras Dividas a pagar			
Subtotal		747.992,85	718.427,04
Passivo corrente			
Fornecedores	17.9	282.502,30	391.970,08
Adiantamentos de clientes		2.848,34	26.848,34
Estado e outros Entes Públicos	17.10	99.059,43	95.927,08
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-
Financiamentos obtidos	8	431.959,89	586.050,38
Diferimentos	17.5	-	-
Outras dividas a pagar	17.11	636.348,32	537.369,70
Outros passivos financeiros		-	-
Subtotal		1.452.718,28	1.638.165,58
Total do passivo		2.200.711,13	2.356.592,62
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**5.123.960,52**	**5.049.586,41**

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS 2016	PERÍODOS 2015
Vendas e serviços prestados	10	2.002.052,04	2.165.555,28
Subsídios, doações e legados à exploração	12	1.378.202,84	1.315.538,49
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade	5	165.029,19	188.260,75
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(505.924,76)	(557.145,85)
Fornecimentos e serviços externos	17.14	(1.046.800,25)	(1.034.148,36)
Gastos com o pessoal	15	(2.135.464,82)	(2.191.612,66)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	17.3	(20.167,75)	(35.120,41)
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Provisões específicas (aumentos/reduções)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos	17.15	836.439,31	573.632,19
Outros gastos	17.16	(113.165,53)	(83.475,76)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		560.200,27	341.483,67
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6	(199.697,27)	(198.323,80)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		360.503,00	143.159,87
Juros e rendimentos similares obtidos	17.17	-	570,49
Juros e gastos similares suportados	17.17	(35.604,91)	(49.867,04)
Resultados antes de impostos		324.898,09	93.863,32
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		**324.898,09**	**93.863,32**

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

Demonstração dos Resultados por Funções

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados		2.002.052,04	2.165.555,28
Custo das vendas e dos serviços prestados		(505.924,76)	(557.145,85)
Resultado bruto		1.496.127,28	1.608.409,43
Outros rendimentos		2.359.503,59	2.042.881,51
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos			
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos		(3.495.127,87)	(3.507.560,58)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		360.503,00	143.730,36
Gastos de financiamento (líquidos)		(35.604,91)	(49.867,04)
Resultados antes de impostos		324.898,09	93.863,32
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		**324.898,09**	**93.863,32**

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DESCRIÇÃO		Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
			Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	1		129.744,81	-	63.705,09	836.975,63	-	464.949,89	1.106.915,19	62.444,86	2.664.735,47	-	2.664.735,47
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo refrencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								(3.500,00)			(3.500,00)		(3.500,00)
Excedentes de realização do exced. de reval. de ativos fixos tang. e intangíveis													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais						(18.036,31)			18.376,17	(62.444,86)	(62.105,00)		(62.105,00)
	2		-	-	-	(18.036,31)	-	(3.500,00)	18.376,17	(62.444,86)	(65.605,00)	-	(65.605,00)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3									93.863,32	93.863,32		93.863,32
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3									31.418,46	28.258,32		28.258,32
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO													
Fundos													
Subsídios, doações e legados													
Outras operações													
	5		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2014	1+2+3+5		**129.744,81**	**-**	**63.705,09**	**818.939,32**	**-**	**461.449,89**	**1.125.291,36**	**93.863,32**	**2.692.993,79**	**-**	**2.692.993,79**

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	6	129 744,81	-	63 705,09	818 939,32	-	461 449,89	1 125 291,36	93 863,32	2 692 993,79	-	2 692 993,79
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo refrencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis							(3 500,00)			(3 500,00)		(3 500,00)
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					146 146,70			(143 425,87)	(93 863,32)	(91 142,49)		(91 142,49)
	7	-	-	-	146 146,70	-	(3 500,00)	(143 425,87)	(93 863,32)	(94 642,49)		(94 642,49)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								324 898,09	324 898,09		324 898,09
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8								231 034,77	230 255,60		230 255,60
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2015	=7+8+10	**129 744,81**	-	**63 705,09**	**965 086,02**	-	**457 949,89**	**981 865,49**	**324 898,09**	**2 923 249,39**	-	**2 923 249,39**

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS 2016	PERÍODOS 2015
Fluxos de caixa das actividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		2.013.741,22	2.367.194,17
Pagamentos de subsídios		-	-
Pagamentos de apoios		-	-
Pagamentos de bolsas		-	-
Pagamento a fornecedores		(1.490.336,11)	(1.506.850,50)
Pagamentos ao pessoal		(2.145.429,00)	(2.143.448,03)
		-	-
Caixa gerada pelas operações		(1.622.023,89)	(1.283.104,36)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		1.919.443,03	1.655.696,97
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		297.419,14	372.592,61
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:		-	
Ativos fixos tangíveis		(387.189,46)	(435.074,52)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros Ativos		(4.676,55)	-
Recebimentos provenientes de:		-	-
Ativos fixos tangíveis		263.500,00	2.400,00
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros Ativos		-	65.000,00
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	570,49
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(128.366,01)	(367.104,03)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		295.100,94	50.000,00
Realizações de fundos		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:		-	-
Financiamentos obtidos		(419.625,62)	(57.533,45)
Juros e gastos similares		(35.604,91)	(49.867,04)
Dividendos		-	-
Reduções do fundo		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(160.129,59)	(57.400,49)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		8.923,54	(51.911,91)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		11.529,87	63.441,78
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**20.453,41**	**11.529,87**

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

Anexo

1. Identificação da Entidade

A Confraria Nossa Senhora da Nazaré é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS, registada no livro 3 das Associações de Solidariedade Social, a fls 6 e verso, sob o nº. 44/85, conforme declaração do Instituto de Segurança Social, com sede em Largo de Nª. Srª. da Nazaré, Sitio da Nazaré, Contribuinte Fiscal nº. 500745960.

Tem como atividade principal a Assistência Social e promoção da Saúde. Para que possa prosseguir os seguintes objetivos, propõe-se manter as seguintes respostas sociais:

- Creche;
- Jardim de Infância;
- Centro de Atividades de Tempos Livres;
- Centro de Acolhimento Temporário para crianças e jovens;
- Centro Comunitário
- Serviço de Apoio Domiciliário;
- Lar de Terceira Idade;
- Centro de Dia;
- Centro de acolhimento aos sem-abrigo;

A entidade mantem ainda um Hospital, onde funcionam as valências:

- Centro Hospitalar;
- Unidade de Cuidados Continuados Integrados;
- Bloco Operatório;
- Unidade de Internamento Particular.

Na medida em que a prática o aconselhe e os meios disponíveis o permitam, obtida a licença do Ordinário Diocesano, a Confraria poderá exercer, de modo secundário, outras atividades de fins não lucrativos, de carácter cultural, educativo, ou recreativo.
A Confraria pode ainda desenvolver atividades de natureza instrumental relativamente aos seus fins não lucrativos, ainda que desenvolvidos por outras entidades por ela criadas, mesmo que em

parceria, desde que os resultados económicos contribuam exclusivamente para o financiamento da concretização daqueles fins.

Como atividades secundárias a Confraria pode desenvolver, nomeadamente, as seguintes atividades:

- Exploração ou arrendamento da Praça de Toiros,
- Exploração ou arredamento do Pinhal;
- Exploração ou arrendamento do Teatro Chaby Pinheiro;
- Exploração ou arrendamento dos seus imóveis;
- Exploração da Loja Oficial do Santuário;
- Exploração do Bar;
- Outras atividades que concorram para obter financiamento para a concretização dos fins da Confraria.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8258/2015 publicado no DR 2ª. Serie nº. 146 de 29 de Julho de 2015;
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Neste tipo de Entidade, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" (Notas 17.4 e 17.11) e "*Diferimentos*" (Nota 17.5).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgava, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

a) A natureza da reclassificação;
b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "*Ativos Fixos Tangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade da Entidade doadora.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.
As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	5 a 6
Outros Ativos fixos tangíveis	6

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os " ***Bens do património histórico e cultural*** " encontram-se valorizados pelo seu custo histórico.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil.

Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de permitir atividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.
As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.
As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3. Ativos Intangíveis

Os "*Ativos Intangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3
Propriedade Industrial	
...	
Outros Ativos intangíveis	3

O valor residual de um "*Ativo Intangível*" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.4. Inventários

Os "*Inventários*" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.5. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores-beneméritos-patrocionadores-doadores-associados-membros

As quotas, donativos e outros apoios similares procedentes de beneméritos/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e Outros Créditos a Receber

Os "*Clientes*" e os "*Outros Créditos a receber*" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" incluí caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em " *Fornecedores* " e " *Outras contas a pagar* " são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.
Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.
O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.
À data do balanço a Entidade não registou nenhuma provisão.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.
À data do balanço a Entidade não tinha nem ativos nem passivos contingentes para divulgar.

3.2.8. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "*Empréstimo Obtidos*" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "*Encargos Financeiros*" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "*Juros e gastos similares suportados*".

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.
Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo.

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "*Fornecimentos e Serviços Externos*".

3.2.9. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, incluí as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) *As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social, defesa do meio ambiente e interprofissionalismo agroalimentar;*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeita a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão

O resultado líquido apurado no ano de 2016 resulta das atividades constantes nos Estatutos da Entidade.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de "*Ativos Fixos Tangíveis*" do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2015, ocorreram os seguintes movimentos nos "*Bens do património, histórico, artístico e cultural*":

	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2015
Bens imóveis	670.987,18	2.140,11	-	-	-	673.127,29
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	-	-	-	-
Museus	-	-	-	-	-	-
Bens móveis	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Total	**670.987,18**	**2.140,11**	**-**	**-**	**-**	**673.127,29**

No período de 2016, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Bens imóveis	673.127,29	-	-	-		**673.127,29**
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	-	-	-	-
Museus	-	-	-	-	-	-
Bens móveis	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Total	**673.127,29**	**-**	**-**	**-**	**-**	**673.127,29**

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2015
Custo						
Terrenos e recursos naturais	42.993,54	-	-	-	-	**42.993,54**
Edifícios e outras construções	4.955.856,04	84.059,93	-	40.201,81	-	**5.080.117,78**
Equipamento básico	1.522.248,97	37.082,05	-	-	-	**1.559.331,02**
Equipamento de transporte	381.771,37	3.885,80	(17.292,52)	-	-	**368.364,65**
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	**-**
Equipamento administrativo	202.206,00	4.065,42	-	-	-	**206.271,42**
Outros Ativos fixos tangíveis	90.107,54	3.703,19	-	-	-	**93.810,73**
Activos tangíveis em curso	249.307,66	251.082,37		(40.201,81)		**460.188,22**
Total	**7.444.491,12**	**383.878,76**	**(17.292,52)**	**-**	**-**	**7.811.077,36**
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	**-**
Edifícios e outras construções	1.985.669,19	127.064,67	-	-	-	**2.112.733,86**
Equipamento básico	1.425.629,13	34.044,68	-	-	-	**1.459.673,81**
Equipamento de transporte	351.913,89	20.977,16	(17.292,52)		-	**355.598,53**
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	**-**
Equipamento administrativo	186.508,83	7.539,27	-	-	-	**194.048,10**
Outros Ativos fixos tangíveis	72.670,49	8.698,02	-	-	-	**81.368,51**
Total	**4.022.391,53**	**198.323,80**	**(17.292,52)**	**-**	**-**	**4.203.422,81**
Ativos fixos tangíveis	**3.422.099,59**	**185.554,96**				**3.607.654,55**

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Terrenos e recursos naturais	42.993,54	-	-	-	-	**42.993,54**
Edifícios e outras construções	5.080.117,78	180.460,77	-	253.096,01	-	**5.513.674,56**
Equipamento básico	1.559.331,02	24.458,07	-	-	-	**1.583.789,09**
Equipamento de transporte	368.364,65	47.000,00	(20.238,71)	-	-	**395.125,94**
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	**-**
Equipamento administrativo	206.271,42	-	-	-	-	**206.271,42**
Outros Ativos fixos tangíveis	93.810,73	6.470,70	-	-	-	**100.281,43**
Activos tangíveis em curso	460.188,22	93.828,10	-	(253.096,01)		**300.920,31**
Total	**7.811.077,36**	**352.217,64**	**(20.238,71)**	**-**	**-**	**8.143.056,29**
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	**-**
Edifícios e outras construções	**2.112.733,86**	140.310,33	-	-	-	**2.253.005,42**
Equipamento básico	**1.459.673,81**	35.988,11	-	-	-	**1.495.661,92**
Equipamento de transporte	**355.598,53**	16.127,84	(20.238,71)		-	**351.487,66**
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	**-**
Equipamento administrativo	**194.048,10**	3.856,75	-	-	-	**197.904,85**
Outros Ativos fixos tangíveis	**81.368,51**	3.414,24	-	-	-	**84.782,75**
Total	**4.203.422,81**	**199.697,27**	**(20.238,71)**	**-**	**-**	**4.382.842,60**
Ativos fixos tangíveis	**3.607.654,55**	**152.520,37**	**-**	**-**	**-**	**3.760.213,69**

Relativamente à revalorização de ativos fixos tangíveis, a Entidade detém dois imoveis que foram revalorizados:

- Bens do Património Histórico e Cultural:
    - Teatro Chaby Pinheiro
- Propriedades de Investimento:
    - Prédio de Alcobaça

As revalorizações ocorrerem no âmbito da renegociação dos financiamentos, para inclusão de garantias hipotecárias. As revalorizações foram efetuadas em 2011 por peritos independentes nomeados pelas entidades bancárias.

Como garantia dos financiamentos no Banco BIC, foi constituída hipoteca do Prédio Urbano, composto de edifício de cave, rés-do-chão, 1º e 2º andares e áreas técnicas, destinado a creche e jardim-de-infância, e logradouro, situado em Sítio, Estrada do Farol, freguesia e concelho da Nazaré, descrito na Conservatória do Registo Predial de Nazaré, sob o nº 1500 e inscrito na respetiva matriz sob o art.º 9381 (*Jardim de Infância*) e Prédio Urbano, composto de casa de rés-do-chão e 1º andar, destinado a hospital, situado em Sítio da Nazaré, Largo do Salazar, freguesia e concelho da Nazaré, descrito na Conservatória do Registo Predial da Nazaré, sob o nº 1573, e inscrito na respetiva matriz sob o art.º 1433 (*Hospital*).

6. Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de "*Ativos Intangíveis*" do domínio público.

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

31 de Dezembro de 2015

	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2015
Custo						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-		-	-
Programas de Computador	**23.024,01**	-	-	-	-	**23.024,01**
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	**70.898,72**	-	-	-	-	**70.898,72**
Total	**93.922,73**	-	-	-	-	**93.922,73**
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-		-	-
Programas de Computador	23.024,01	-	-	-	-	**23.024,01**
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	70.898,72	-	-	-	-	**70.898,72**
Total	**93.922,73**	-	-	-	-	**93.922,73**
Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	**23.024,01**	-	-	-	-	**23.024,01**
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	**70.898,72**	-	-	-	-	**70.898,72**
Total	**93.922,73**	-	-	-	-	**93.922,73**
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	**23.024,01**	-	-	-	-	**23.024,01**
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	**70.898,72**	-	-	-	-	**70.898,72**
Total	**93.922,73**	-	-	-	-	**93.922,73**
Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-

7. Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2016			2015		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico			-	40.358,76	(25.517,81)	**14.840,95**
Equipamento de transporte			-	105.408,31	-	**105.408,31**
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	**145.767,07**	**(25.517,81)**	**120.249,26**

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Em 31 de Dezembro de 2016, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se da seguinte forma:

Descrição	2016			2015		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	110.755,64	740.154,71	**850.910,35**	87.634,58	701.049,27	**788.683,85**
Locações Financeiras	9.275,50	7.838,14	**17.113,64**	8.736,24	17.377,77	**26.114,01**
Contas caucionadas	300.000,00		**300.000,00**	450.000,00		**450.000,00**
Contas Bancárias de *Factoring*			-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas			-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	11.928,75		**11.928,75**	10.331,51	-	**10.331,51**
Outros Empréstimos			-	29.348,05	-	**29.348,05**
Total	**431.959,89**	**747.992,85**	**1.179.952,74**	**586.050,38**	**718.427,04**	1.304.477,42

9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2016 a rubrica "*Inventários*" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2015	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2015	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2016
Mercadorias	46.139,76	30.594,63	(612,67)	48.952,45	24.860,88	(2.603,91)	**44.305,19**
Mat.-primas, sub. e de consumo	24.222,80	529.671,77	(599,07)	23.318,92	491.282,43	(14.442,13)	**21.138,69**
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	**70.362,56**	**560.266,40**	**(1.211,74)**	**72.271,37**	**516.143,31**	**(17.046,04)**	**65.443,88**
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				557.145,85			505.924,76
Variações nos inventários da produção				-			-

10. Rédito

Para os períodos de 2015 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2015
Vendas	34.855,52	54.267,51
Prestação de Serviços	1.967.196,52	2.111.287,77
Quotas dos utilizadores	1.950.206,69	2.088.059,54
Quotas e Jóias	11.710,00	18.060,20
Serviços secundários	5.270,02	5.142,28
Descontos e abatimentos	9,81	25,75
Total	**2.002.052,04**	**2.165.555,28**

No ano de 2016 verificou-se uma diminuição em quase todas as rubricas do rédito. O maior impacto na demonstração de resultados resulta fundamentalmente na diminuição das vendas, com o decréscimo da atividade na Loja do Santuário, na prestação de serviços, com diminuição das sub contas de meios complementares de diagnóstico e cirurgias, esta com impacto significativo.

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2015 e 2016, não ocorreram registos na rubrica de provisões.

Passivos contingentes

A data do relato das demonstrações financeiras não se conhecem passivos contingentes que possam originar exfluxo financeiro para a Entidade.

Ativos contingentes

A data do relato das demonstrações financeiras não se conhecem ativos contingentes que possam originar influxo financeiro para a Entidade.

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2015 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "*Subsídios do Governo*" e "*Apoios do Governo*":

Descrição	2016	2015
Subsídios do Governo	**1.303.020,89**	**1.283.188,76**
ISS, IP - Acordos Cooperação	1.186.762,19	1.198.046,68
ISS,IP - CLDS+	116.258,70	85.142,08
Apoios do Governo	**34.040,05**	**24.268,93**
IEFP - Programas de Emprego	34.040,05	24.268,93
Total	**1.337.060,94**	**1.307.457,69**

Descrição	2016	2015
Subsídios de outras entidades	41.141,90	8.080,80
Total	**41.141,90**	**8.080,80**

Total	**1.378.202,84**	**1.315.538,49**

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31/12/2015 e 31/12/2016, não se registou qualquer efeito de alterações das taxas de câmbio, uma vez que não existem nem ativos nem passivos registados com moeda diferente do Euro.

14. Imposto sobre o Rendimento

Não existe imposto contabilizado em 2016.

15. Gastos com o pessoal

O número de membros dos órgãos diretivos/sociais, nos períodos de 2015 e 2016, foram 5.

Os órgãos diretivos usufruem de uma gratificação monetária para fazer face às despesas inerentes com a sua participação nos atos de gestão da Instituição, com exceção do Presidente da Mesa Administrativa que usufrui de uma remuneração aprovada em Assembleia Geral de acordo com o artº. 24 nº. 6 dos Estatutos da Entidade.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações aos Órgãos Sociais	11.070,30	12.000,11
Remunerações ao Pessoal	1.716.241,82	1.769.031,18
Indemnizações	13.601,20	19.324,12
Encargos sobre as Remunerações	366.422,56	369.686,13
Segurosde Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	20.199,65	12.932,39
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	7.929,29	8.638,73
Total	**2.135.464,82**	**2.191.612,66**

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2015 foi de 168 e em 2016 foi de 164.

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2016, a Entidade detinha os seguintes Investimentos financeiros:

Descrição	2016	2015
Outros Investimentos Financeiros	**3.873,37**	**2.696,82**
Fundos Compensação Trabalho	3.873,37	2.696,82
Garval	5.000,00	1.500,00
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	**8.873,37**	**4.196,82**

17.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2015 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Confrades	73.206,11	73.084,91
Cartão Saúde	6.245,00	6.220,00
Perdas por imparidade acumuladas	(74.995,11)	(74.970,11)
Total	4.456,00	4.334,80
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	-	-
Total	-	-

O saldo do ativo reflete o crédito de quotas dos Irmãos ativos da Instituição, cujo ficheiro no final de 2016 registava um total de 643. As anuidades do Cartão Saúde são registadas somente quando o respetivo sócio paga a quota.

17.3. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2016 a rubrica "*Clientes*" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Clientes e Utentes c/c	**353.579,34**	**409.436,27**
Clientes	269.156,01	320.164,06
Utentes	84.423,33	89.272,21
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes		
Clientes e Utentes *em Mora*	**92.745,81**	**72.211,06**
Clientes	23.815,81	20.010,27
Utentes	68.930,00	52.200,79
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	**92.745,81**	**72.211,06**
Clientes	23.815,81	20.010,27
Utentes	68.930,00	52.200,79
Total	**353.579,34**	**409.436,27**

Perdas por Imparidade do período

Descrição	2016	2015
Clientes	(3.805,54)	(806,77)
Utentes	(16.729,21)	(36.567,30)
Total	**(20.534,75)**	**(37.374,07)**

Reversão por Imparidade do período

Descrição	2016	2015
Clientes	-	-
Utentes	367,00	2.253,68
Total	**367,00**	**2.253,68**

17.4. Outros créditos a receber

A rubrica "*Outros créditos a receber*" tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Adiantamentos ao pessoal	791,92	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Outros financiadores - Projeto CLDS+	-	-
Fornecedores - saldo devedor	1.627,45	334,87
Outros	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	**30.242,28**	**99.053,47**
IEFP	2.558,98	7.201,73
Segurança Social	-	30.243,94
Cirurgias - Cigic	6.541,40	53.527,00
Outros	21.141,90	8.080,80
Outros Devedores	**166.415,75**	**134.996,67**
Mais Centro - Projetos Qren	5.957,16	12.184,30
ISS, IP - CLDS+	136.936,92	-
Fabrica Paroquial Igreja Pederneira	4.142,43	9.793,71
IFAP - Projº. nº. 31-04-01-FEP-211	19.379,24	113.018,66
Perdas por Imparidade	-	-
Total	**199.077,40**	**234.385,01**

17.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2016, a rubrica "*Diferimentos*" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a reconhecer		
Seguros liquidados	13.925,22	8.956,79
Outros gastos	-	6.031,75
Total	**13.925,22**	**14.988,54**
Rendimentos a reconhecer		
ISS, IP - CLDS+		-
Total	-	-
Total	**13.925,22**	**14.988,54**

17.6. Outros Ativos Financeiros

A Entidade não detinha, em 31 de Dezembro de 2016 qualquer saldo da rubrica de " *Outros Ativos Financeiros* ".

17.7. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "*Caixa e Depósitos Bancários*", a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Caixa	12.353,64	7.351,96
Depósitos à ordem	8.099,77	4.177,91
Depósitos a prazo	-	-
Total	**20.453,41**	**11.529,87**

17.8. Fundos Patrimoniais

Nos "*Fundos Patrimoniais*" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2016
Fundos	129.744,81	-	-	**129.744,81**
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	63.705,09	-	-	**63.705,09**
Resultados transitados	818.939,32	146.146,70	-	**965.086,02**
Excedentes de revalorização	461.449,89	-	(3.500,00)	**457.949,89**
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.125.291,36	-	(143.425,87)	**981.865,49**
Resultado Líquido do período	93.863,32	324.898,09	(93.863,32)	**324.898,09**
Total	**2.692.993,79**	**471.044,79**	**(240.789,19)**	**2.923.249,39**

17.9. Fornecedores

O saldo da rubrica de "*Fornecedores*" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	282.502,30	391.970,08
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	**282.502,30**	**391.970,08**

17.10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "*Estado e outros Entes Públicos*" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Imposto sobre o Rend. P. Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	22.410,92	15.861,89
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	**22.410,92**	**15.861,89**
Passivo		
Imposto sobre o Rend. Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2.180,78	2.998,89
Imposto sobre o Rend. Pessoas Singualres (IRS)	22.473,54	20.921,32
Segurança Social	74.195,20	71.359,95
Outros Impostos e Taxas	209,91	646,92
Total	**99.059,43**	**95.927,08**

17.11. Outras Dívidas a Pagar

A rubrica "*Outras dividas a pagar*" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	**4.152,01**	-	**9.402,29**
Remunerações a pagar	-	-	-	9.000,00
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	4.152,01	-	402,29
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	**403.801,15**	-	**424.495,42**
Outros credores	-	**228.395,16**	-	**103.471,99**
	-	-	-	-
Total	-	**636.348,32**	-	**537.369,70**

17.12. Outros Passivos Financeiros

A rubrica de "*Outros passivos financeiros*" em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 não tinha qualquer saldo.

17.13. Subsídios, doações e legados à exploração

Os "*Subsídios e Apoios do Governo*" estão divulgados de forma pormenorizada na Nota 12.

17.14. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "*Fornecimentos e serviços externos*" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos	292.982,94	345.325,35
Serviços especializados	460.295,62	409.051,73
Materiais	29.746,84	39.370,81
Energia e fluidos	159.040,99	150.642,21
Deslocações, estadas e transportes	3.779,65	3.306,78
Serviços diversos (*)	49.435,35	51.200,58
Rendas e alugueres	29.152,38	28.139,26
Comunicação	8.309,48	13.042,23
Seguros	11.973,49	10.019,09
Outros	51.518,86	35.250,90
Total	**1.046.800,25**	**1.034.148,36**

17.15. Outros rendimentos

A rubrica de "*Outros rendimentos* " encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	126.760,89	137.160,12
Descontos de pronto pagamento obtidos	798,09	1.311,90
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rend.e ganhos em subsidiárias, assoc. e empreend. conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	507.986,04	326.359,61
Outros rendimentos e ganhos	200.894,29	108.800,56
Total	**836.439,31**	**573.632,19**

Nesta rubrica destaca-se a mais-valia alcançada no valor de 260.000,00 € com a venda do prédio urbano, composto por cave, rés-do-chão, primeiro andar e logradouro, sito na rua brito Alão nº. 4, Sitio da Nazaré, Freguesia e Concelho de Nazaré nº. 45, descrito na Conservatória do Registo Predial da Nazaré sob o nº. 1571, inscrito na respetiva matriz, artigo 10453.

17.16. Outros gastos

A rubrica de "*Outros gastos*" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	11.256,57	13.541,05
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Divídas incobráveis	7.102,11	-
Perdas em inventários	-	-
Gast, e perdas em sub, assoc. e empreend.conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Correcções relativas a períodos anteriores	72.473,74	49.066,58
Outros Gastos e Perdas	8.431,83	15.216,85
Gastos com apoio financeiro concedido	13.901,28	5.651,28
Total	**113.165,53**	**83.475,76**

17.17. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e gastos similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	35.604,91	49.795,16
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	71,88
Total	**35.604,91**	**49.867,04**
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	570,49
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	**-**	**570,49**
Resultados financeiros	**(35.604,91)**	**(49.296,55)**

17.18. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pela Mesa Administrativa no dia 20 de Março de 2017.

Sítio da Nazaré, 20 de Março de 2017.

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa